

# Autopista Planalto Sul S.A.

## **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2001 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



## **DECLARAÇÃO**

### **PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 05 de Março de 2013.

**Luis Manuel Eusebio Iñigo**  
Diretor Presidente

**Marcio Augusto Travain**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Arthur de Vasconcellos Netto**  
Diretor Superintendente

## **D E C L A R A Ç Ã O**

### **PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 05 de Março de 2013.

**Luis Manuel Eusebio Iñigo**  
Diretor Presidente

**Marcio Augusto Travain**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Arthur de Vasconcellos Netto**  
Diretor Superintendente

**AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A**

**Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos  
em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**Autopista Planalto Sul S.A.**  
Rio Negro - PR

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Autopista Planalto Sul S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Planalto Sul S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

#### **Revisão dos valores correspondentes ao período anterior**

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Curitiba, 05 de março de 2013.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2SP 013846/O-1 - S - PR

**Paulo Sérgio Tufani**  
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - PR

**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
Contador CRC 1SP 139268/O-6 - S - PR

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.712	30.442	Empréstimos e financiamentos	12	10.185	3.367
Contas a receber	6	3.920	3.538	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	14	14.483	10.644
Contas a receber - partes relacionadas	14	450	-	Fornecedores	13	8.126	11.750
Estoques		768	843	Fornecedores - partes relacionadas	14	5.319	4.466
Despesas antecipadas		1.051	625	Obrigações sociais		2.567	1.457
Impostos a recuperar		645	379	Obrigações fiscais		1.699	1.846
Outros créditos		394	221	Contas a pagar - partes relacionadas	14	237	229
Total dos ativos circulantes		<u>19.940</u>	<u>36.048</u>	Cauções contratuais		4.535	4.724
				Dividendos propostos	14	-	884
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				Provisão para manutenção	15.2	6.400	484
Aplicações financeiras vinculadas	8	6.675	9.573	Provisão para investimentos	15.2	-	4.580
Despesas antecipadas		9	31	Sinistros Recebidos		941	1.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	5.127	1.182	Outras contas a pagar		<u>534</u>	<u>234</u>
Dépósitos judiciais		215	115	Total dos passivos circulantes		<u>55.026</u>	<u>46.219</u>
Imobilizado	9	1.015	1.105				
Intangível	10	449.691	314.373	<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Diferido	11	10.834	12.617	Empréstimos e financiamentos	12	218.136	158.948
Total dos ativos não circulantes		<u>473.566</u>	<u>338.996</u>	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	14	37.000	37.000
				Fornecedores	13	50	-
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15.1	775	57
				Provisão para manutenção	15.2	14.580	9.013
				Provisão para investimentos	15.2	<u>4.957</u>	<u>-</u>
				Total dos passivos não circulantes		<u>275.498</u>	<u>205.018</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16	167.818	119.933
				Reservas de lucros		254	3.874
				Prejuízos acumulados		<u>(5.090)</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>162.982</u>	<u>123.807</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><u>493.506</u></u>	<u><u>375.044</u></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>493.506</u></u>	<u><u>375.044</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	224.643	200.071
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(212.264)	(173.894)
LUCRO BRUTO		<u>12.379</u>	<u>26.177</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(8.625)	(6.235)
Remuneração da Administração	14	(749)	(671)
Outras receitas operacionais, líquidas		2	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.007	19.271
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	2.938	2.090
Despesas financeiras	19	<u>(18.109)</u>	<u>(16.061)</u>
		<u>(15.171)</u>	<u>(13.971)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.164)	5.300
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	21	(490)	(1.754)
Diferidos	21	3.944	179
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(8.710)</u>	<u>3.725</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	22	<u>(0,06442)</u>	<u>0,05126</u>

Não há resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas	(8.710)	3.725
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(8.710)</u>	<u>3.725</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011	35.001	68	965	-	36.034
Aumento de capital	84.932				84.932
Lucro líquido do exercício				3.725	3.725
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal		186		-186	-
Dividendos propostos				-884	(884)
Retenção de lucros	-	-	2.655	(2.655)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>119.933</u>	<u>254</u>	<u>3.620</u>	<u>-</u>	<u>123.807</u>
Aumento de capital	47.885		-		47.885
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.710)	(8.710)
Realização de reservas:					
Retenção (realização/reversão) de lucros	-	-	(3.620)	3.620	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>167.818</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>(5.090)</u>	<u>162.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.710)	3.725
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	11.760	8.565
Baixa de ativos permanentes	819	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.944)	(179)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(782)	(399)
Juros e variações monetárias de empréstimos	12.665	9.943
Juros e variações monetárias sobre mútuos	4.517	5.782
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	594	5
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	811	(141)
Constituição de provisão para manutenção	10.586	4.160
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(382)	(785)
Contas a receber - partes relacionadas	(450)	101
Estoques	75	(158)
Despesas antecipadas	(430)	(448)
Impostos a recuperar	(138)	(243)
Depósitos judiciais	(100)	(109)
Outras contas a receber	(173)	324
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	92	869
Fornecedores - partes relacionadas	494	118
Cauções contratuais de fornecedores	56	98
Obrigações sociais	1.057	(589)
Obrigações fiscais	213	1.903
Imposto de renda e contribuição social pagos	(223)	(1.655)
Contas a pagar - partes relacionadas	(464)	(799)
Adiantamentos de seguros	(634)	(476)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(106)	(47)
Pagamento de juros - federais	(16.089)	(10.629)
Outros passivos	300	7.539
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.414	26.475
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(249)	(411)
Aquisições de itens do Intangível	(144.580)	(117.480)
Aplicação financeira vinculada	(3.986)	(9.261)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	7.538	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(141.277)	(127.152)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	68.886	64.805
Pagamentos	(3.075)	(1.380)
Aumento de capital	47.000	57.466
Pagamento de Mútuos	(678)	(889)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	112.133	120.002
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(17.730)</b>	<b>19.325</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.442</b>	<b>11.117</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.712</b>	<b>30.442</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>RECEITAS</b>		
Prestação de serviços	92.493	86.906
Receita dos serviços de construção	141.487	121.939
Outras receitas	209	79
	<u>234.189</u>	<u>208.924</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo dos serviços prestados	(38.574)	(32.240)
Custo dos serviços de construção	(141.487)	(121.939)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.811)	(1.793)
Custo da concessão	(4.781)	(4.219)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(10.586)	(4.160)
Outros	(1.928)	(1.062)
	<u>(199.167)</u>	<u>(165.413)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>35.022</u>	<u>43.511</u>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(11.760)	(8.565)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)</b>	<u>23.262</u>	<u>34.946</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	2.938	2.090
Juros capitalizados	3.658	1.106
	<u>6.596</u>	<u>3.196</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u><u>29.858</u></u>	<u><u>38.142</u></u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	7.681	5.243
Benefícios	1.705	1.159
FGTS	458	351
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	1.662	6.027
Municipais	4.553	4.278
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	12.575	9.836
Juros capitalizados	3.658	964
Aluguéis	741	192
Outras	1.018	443
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	4.517	5.782
Juros capitalizados	-	142
Dividendos	-	884
Lucro (prejuízo) do exercício	(8.710)	2.841
	<u><u>29.858</u></u>	<u><u>38.142</u></u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	-	-

## AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Autopista Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR.

#### TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

A emissão das demonstrações financeiras da sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de março de 2013.

#### 2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2012 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 37.228 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A taxa de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante o prazo da concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria "B" pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as informações trimestrais à ANTT e publicá-las.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;

- Construção de nove passarelas;
- Construção de cinco praças de pedágio;
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$265.696 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$301.741 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº15.2.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$10.834 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.2.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

#### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas a: responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do grupo que efetuam os

serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 4.1. Instrumentos financeiros ativos

#### Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

### 4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 09, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

### 4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

#### 4.6. Instrumentos financeiros passivos

##### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes

são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### 4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### 4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

#### 4.9. Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

#### 4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Provisão para manutenção em rodovia - real	6.614	500
Provisão para manutenção em rodovia a valor presente	<u>6.400</u>	<u>484</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>214</u>	<u>16</u>
Provisão para investimentos em rodovia - real	-	4.735
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	-	<u>4.580</u>
Efeito do ajuste a valor presente	-	<u>155</u>
<u>Não Circulantes</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Provisão para manutenção em rodovia - real	19.541	13.185
Provisão para manutenção em rodovia a valor presente	<u>14.580</u>	<u>9.013</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>4.961</u>	<u>4.172</u>
Provisão para investimentos em rodovia - real	5.450	-
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>4.957</u>	-
Efeito do ajuste a valor presente	<u>493</u>	-

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### 4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos propostos a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto da sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº16.b.

#### 4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “Joint Ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada).
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)



- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13)

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e Bancos	1.107	3.013
Aplicações financeiras (*)	<u>11.605</u>	<u>27.429</u>
Total	<u>12.712</u>	<u>30.442</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.292	4.755
Operações compromissadas	720	-
Fundos de investimentos	<u>9.593</u>	<u>22.674</u>
Total	<u>11.605</u>	<u>27.429</u>

As aplicações em CDBs, operações compromissadas, e fundos de investimentos foram remuneradas respectivamente na média de 95%, 80%, e 100,38% da variação do CDI.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	3.474	3.121
Cartões de pedágio a receber	<u>446</u>	<u>417</u>
	<u>3.920</u>	<u>3.538</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(\*) Conforme nota explicativa nº 23c.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	4.383	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	775	57
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção	19.997	9.412
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	(11.812)	(7.143)
Ajuste dos encargos financeiros	1.670	1.084
Estorno de capitalização de juros	66	66
Base de cálculo	<u>15.079</u>	<u>3.476</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>5.127</u>	<u>1.182</u>

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos pelo seu valor líquido. Para melhor comparabilidade os saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados.

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>Ativo ou Passivo</u>
2013	169
2014	177
2015	185
2016	193
2017	201
Acima de 2017	<u>4.202</u>
	<u>5.127</u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A Sociedade deve depositar, em conta pagamento de instituição financeira, 45% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os saldos são respectivamente R\$6.675 e R\$9.573, essas aplicações foram remuneradas em média 96,52% da variação do CDI.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis, Equipamento mobiliários, <u>utensílios</u>	Prédios, benfeitorias e <u>dependências</u>	Computadores e <u>periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 01.01.2012	827	151	401	225	1.604
Adições	94	39	8	62	203
Alienações/baixas	-	-	(188)	(42)	(230)
Saldo em 31.12.2012	<u>921</u>	<u>190</u>	<u>221</u>	<u>245</u>	<u>1.577</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 01.01.2012	(207)	(27)	(243)	(22)	(499)
Depreciações/amortizações	(87)	(16)	(67)	(50)	(220)
Alienações/baixas	-	-	145	12	157
Saldo em 31.12.2012	<u>(294)</u>	<u>(43)</u>	<u>(165)</u>	<u>(60)</u>	<u>(562)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 01.01.2012	620	124	158	203	1.105
Saldo em 31.12.2012	627	147	56	185	1.015
Taxas de depreciação - %	10%	10%	20%	20%	

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovia - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 01.01.2012	<u>277.339</u>	<u>315</u>	<u>45.585</u>	<u>5.259</u>	<u>328.498</u>
Adições	879	157	146.578	(1.793)	145.821
Transferências/Reclassificações	82.215	-	(82.215)	-	-
Alienações/baixas	<u>(74)</u>	<u>-</u>	<u>(675)</u>	<u>-</u>	<u>(749)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>360.359</u>	<u>472</u>	<u>109.273</u>	<u>3.466</u>	<u>473.570</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 01.01.2012	<u>(13.934)</u>	<u>(191)</u>	-	-	<u>(14.125)</u>
Amortização	(9.668)	(89)	-	-	(9.757)
Alienações/baixas	<u>3</u>	<u>-</u>	-	-	<u>3</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>(23.599)</u>	<u>(280)</u>	-	-	<u>(23.879)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 01.01.2012	263.405	124	45.585	5.259	314.373
Saldo em 31.12.2012	336.760	192	109.273	3.466	449.691
Amortização %	3,06%	20%	-	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

## 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	<u>327</u>	<u>327</u>
	17.832	17.832
Amortização acumulada	<u>(6.998)</u>	<u>(5.215)</u>
	<u>10.834</u>	<u>12.617</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais na rodovia e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	31.12.2012	31.12.2011
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	9.995	2.516
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	TJLP + 2,68% a.a.	118	761
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>72</u>	<u>90</u>
		<u>10.185</u>	<u>3.367</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	218.094	158.688
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	TJLP + 2,68% a.a.	-	118
Financiamento de Veículo Banco Volks(c)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>42</u>	<u>142</u>
		<u>218.136</u>	<u>158.948</u>

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração da rodovia.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$</u>
2014	11.588
2015	14.087
2016	15.231
2017	16.465
Após 2017	<u>160.765</u>
	<u>218.136</u>

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do Contrato.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
  - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
  - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
  - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
    - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
    - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
    - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente do Contrato.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\left( \text{Geração de Caixa da Atividade} \right)}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
  - (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
  - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
  - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
  - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
  - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

#### Do acionista

- I - Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- II - Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.



- III - Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- IV - Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- V - Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do Contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- VI - Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária, ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
  - 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. FORNECEDORES

Os saldos de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 respectivamente de R\$8.176 e R\$ 11.750, referem-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante:</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Contas a receber partes relacionadas:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	221	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>229</u>	=
	<u>450</u>	=

<u>Passivo circulante:</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.). (a)	<u>14.483</u>	<u>10.644</u>
	<u>14.483</u>	<u>10.644</u>

Fornecedores com partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.774	3.318
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	544	397
Intervias - Conc Rodov Interior Paulista. (b)	1	-
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (b)	-	<u>751</u>
	<u>5.319</u>	<u>4.466</u>

Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.).	=	<u>884</u>

Contas a pagar partes relacionadas:		
Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.). (d)	<u>237</u>	<u>229</u>

<u>Passivo não circulante:</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.). (a)	<u>37.000</u>	<u>37.000</u>
	<u>37.000</u>	<u>37.000</u>

Contas de Resultado:

	<u>31.12.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.).	-	4.517	-	5.782

Contas de Resultado:

	<u>31.12.2012</u>		<u>31.12.2011</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	7.064	-	1.837	-
	<u>7.064</u>	<u>4.517</u>	<u>1.837</u>	<u>5.782</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.).
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do grupo Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.).
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	<u>Saldo devedor</u>	
				31.12.2012	31.12.2011
29/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.131	10.301
27/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	18.089	16.740
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>22.263</u>	<u>20.603</u>
			<u>37.000</u>	<u>51.483</u>	<u>47.644</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$749 e R\$671, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os

valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são R\$852 e R\$519. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## 15. PROVISÕES

### 15.1 Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é conforme segue:

	<u>01.01.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2012</u>
Cíveis	56	743	(38)	(55)	13	719
Trabalhistas	<u>1</u>	<u>106</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>56</u>
Total	<u>57</u>	<u>849</u>	<u>(38)</u>	<u>(106)</u>	<u>13</u>	<u>775</u>

	<u>01.01.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	122	116	(174)	(13)	5	56
Trabalhistas	<u>117</u>	<u>50</u>	<u>(133)</u>	<u>(34)</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>239</u>	<u>166</u>	<u>(307)</u>	<u>(47)</u>	<u>6</u>	<u>57</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$13 em 31 de dezembro de 2012.

A Sociedade não possui processos cíveis classificados por seus advogados como de risco de perda possível.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

## 15.2 Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimento em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimento em rodovia</u>
Saldos em 01.01.2012	484	4.580	9.013	-
Adições	5.916	212	5.567	165
Transferências	<u>-</u>	<u>(4.792)</u>	<u>-</u>	<u>4.792</u>
Saldos em 31.12.2012	<u>6.400</u>	<u>=</u>	<u>14.580</u>	<u>4.957</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimento em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimento em rodovia</u>
Saldos em 01.01.2011	-	-	5.518	4.394
Adições	484	-	3.495	186
Transferências	-	<u>4.580</u>	-	<u>(4.580)</u>
Saldos em 31.12.2011	<u>484</u>	<u>4.580</u>	<u>9.013</u>	<u>≐</u>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$167.818 (R\$119.933 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 159.417.665 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	31.12.2012		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.)	159.417.662	159.417.662	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
Total	<u>159.417.665</u>	<u>159.417.665</u>	<u>100,00</u>

Acionista	31.12.2011		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.)	114.744.262	114.744.262	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
Total	<u>114.744.265</u>	<u>114.744.265</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Em 24 de abril de 2012 houve aumento de capital no valor de R\$17.884 por parte da controladora Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.) onde R\$ 17.000 foi integralizado em moeda corrente nacional em 05 de maio de 2012, e R\$ 884 foi subscrito e integralizado em moeda corrente nacional em 24 de abril de 2012 mediante a compensação com o valor dos dividendos distribuídos. Foram emitidas 16.518.700 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1,0827 (um Real e oitocentos e vinte sete milésimos de centavos).

Em 24 de julho de 2012 houve aumento de capital no valor de R\$15.000 por parte da controladora Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.). O referido valor foi integralizado em moeda corrente nacional no dia 30 de julho de 2012. Foram emitidas 13.972.985 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1,0735 (um Real e setecentos e trinta e cinco milésimos de centavos).

Em 15 de outubro de 2012 houve aumento de capital no valor de R\$15.000 por parte da controladora Arteris S.A. (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.). O referido valor foi integralizado em moeda corrente nacional no dia 15 de outubro de 2012. Foram emitidas 14.181.715 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1,0577 (um Real e quinhentos e setenta e sete milésimos de centavos).

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade apresentou prejuízos contábeis não havendo destinação de reservas.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## 17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Receita de Serviços Prestados	92.493	86.905
Receita de serviços de construção	141.487	121.940
Receitas acessórias	<u>209</u>	<u>79</u>
	<u>234.189</u>	<u>208.924</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Receita bruta	234.189	208.924
ISS	(4.550)	(4.277)
PIS	(595)	(557)
COFINS	(2.747)	(2.570)
Outras deduções	<u>(1.654)</u>	<u>(1.449)</u>
Receita líquida	<u>224.643</u>	<u>200.071</u>

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Custos:		
Custo de construção	(141.487)	(121.940)
Com pessoal	(6.818)	(4.922)
Serviços de terceiros	(16.204)	(16.543)
Depreciação / amortização	(10.989)	(7.855)
Seguros / garantias	(1.811)	(1.404)
Conservação	(18.757)	(12.020)
Provisão para manutenção em rodovia	(10.586)	(4.160)
Taxa fiscalização	(2.345)	(2.205)
Outros custos	<u>(3.267)</u>	<u>(2.845)</u>
Total	<u>(212.264)</u>	<u>(173.894)</u>

<u>Despesas</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Com pessoal	(3.928)	(2.491)
Serviços de terceiros	(1.464)	(1.448)
Depreciação / amortização	(771)	(710)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(849)	140
Despesas de aluguel	(54)	(47)
Consumo	(84)	(49)
Transporte	(149)	(191)
Outras despesas	<u>(1.326)</u>	<u>(1.439)</u>
Total	<u>(8.625)</u>	<u>(6.235)</u>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.620	2.090
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente	303	-
Outras receitas	<u>15</u>	<u>-</u>
Total receitas	<u>2.938</u>	<u>2.090</u>



	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(17.092)	(15.620)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(898)	(5)
Outras despesas	<u>(119)</u>	<u>(436)</u>
Total despesas	<u>(18.109)</u>	<u>(16.061)</u>

## 20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar	15.305	18.470
Capitalização de juros ao intangível	3.658	1.106
Aumento de Capital com dividendos a pagar	884	322
Aumento de capital com créditos capitalizados	-	27.144

## 21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.164)	5.300
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	4.136	(1.802)
Efeito de adições e exclusões	<u>(682)</u>	<u>227</u>
Crédito (Despesa) contabilizada	<u>3.454</u>	<u>(1.575)</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(490)	(1.754)
Diferido	<u>3.944</u>	<u>179</u>
	<u>3.454</u>	<u>(1.575)</u>

## 22. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	(8.710)	3.725
Número de ações durante o ano	<u>135.210</u>	<u>72.671</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico	<u>(0,06442)</u>	<u>0,05126</u>
<u>Diluído</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Lucro (prejuízo) utilizado na apuração do lucro básico por ação	(8.710)	3.725
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>135.210</u>	<u>72.671</u>
Lucro (prejuízo) por ação - diluído	<u>(0,06442)</u>	<u>0,05126</u>

Não há diferença entre o Lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	12.712	30.442
Aplicações financeiras restritas	6.675	9.573
Contas a receber de clientes	3.920	3.538
Partes relacionadas	450	-

<u>Passivos</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	8.126	11.750
Empréstimos e financiamentos	228.321	162.315
Partes relacionadas	57.039	52.339

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50%, e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
<u>Indicadores</u>	<u>(provável)</u>	<u>(+ 25%)</u>	<u>(+ 50%)</u>	<u>(- 25%)</u>
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Juros a incorrer (*)	(4.312)	(5.262)	(6.214)	(3.364)
Receita de aplicações financeiras	1.143	1.429	1.715	857
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(15.239)	(18.030)	(20.822)	(12.448)
Juros a Incorrer líquido	(18.408)	(21.863)	(25.321)	(14.955)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 28.12.2012.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$3.474 e R\$3.121, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A (Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.), que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros	2013	2014	2015	2016	2017	2017 em	Total
	(média ponderada) efetiva % a.a.							
BNDES	8,08%	26.827	28.327	29.828	29.828	29.828	210.953	355.591
Finame	8,18%	122	-	-	-	-	-	122
Banco Volks	16,63%	<u>72</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>114</u>
Total		<u>27.021</u>	<u>28.369</u>	<u>29.828</u>	<u>29.828</u>	<u>29.828</u>	<u>210.953</u>	<u>355.827</u>

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários da rodovia e, portanto,

nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias, o pagamento da verba de fiscalização e demais obrigações contratuais. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita (*)	180.000
	Responsabilidade Civil	30.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	45.987

(\*) por Sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 28 de janeiro de 2013 foi celebrado contrato de mútuo entre a Sociedade e sua controladora Arteris S.A no valor de R\$ 25 milhões com prazo de três anos, e taxa de juros de 1,70% mais CDI (Certificado de depósito interbancário). Os recursos oriundos do referido contrato serão destinados ao financiamento dos investimentos a serem realizados no exercício de 2013.

No dia 15 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve a sexta liberação de parte do Sub-crédito B no valor de R\$ 6 milhões do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 002/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo Arteris S.A., é responsável por administrar e conservar a rodovia BR 116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

<b>Nome da Praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa R\$</b>
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	3,31
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	3,31
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	3,31
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	3,31
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	3,31



## **EVENTOS RELEVANTES**

### **CONCLUSÃO DA OPERAÇÃO DE AQUISIÇÃO DA PARTÍCIPES EN BRASIL**

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes en Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Autopista Planalto Sul S.A., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes en Brasil, respectivamente.

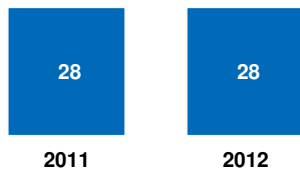
A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

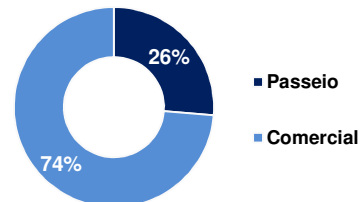
### **Tráfego**

O tráfego pedagiado totalizou 28 milhões de veículos equivalentes em 2012, se mantendo estável em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



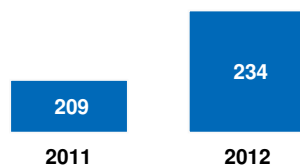
**Composição do Tráfego**  
Ano 2012



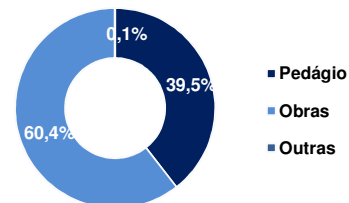
## Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$234,0 milhões em 2012, com crescimento de 12,1% em relação aos R\$209 milhões registrados em 2011.

**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2012



A receita de pedágio cresceu 6,4%, passando de R\$87 milhões em 2011 para R\$92,5 milhões em 2012. A principal razão que levou ao aumento foi o reajuste da tarifa de pedágio ocorrido em dezembro de 2011 conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$19,5 milhões (16%), passando de R\$121,9 milhões em 2011 para R\$141,4 milhões em 2012. Esse aumento é resultado da continuidade das obras iniciadas no final de 2011 previstas no Contrato de Concessão tais como recuperação de pavimento e duplicação do trecho entre os municípios de Curitiba - PR e Fazenda Rio Grande - PR.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$200 mil em 2012 representando um acréscimo de 164,6% em relação ao ano anterior.

No ano de 2012, a Companhia obteve receita líquida de R\$224,6 milhões, R\$24,6 milhões superior ao ano de 2011.

**Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)**

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Custo dos serviços de construção	(141,4)	(121,9)	16,0%
Serviços de terceiros	(17,7)	(18,0)	-1,7%
Pessoal	(10,7)	(7,4)	44,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(10,6)	(4,2)	152,4%
Conservação	(18,8)	(12,1)	55,4%
Verba de fiscalização	(2,4)	(2,2)	9,1%
Seguros e garantias	(1,8)	(1,4)	28,6%
Remuneração da Administração	(0,8)	(0,7)	14,3%
Consumo	(0,4)	(0,3)	33,3%
Outros	(5,3)	(4,0)	32,5%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(209,9)</b>	<b>(172,2)</b>	<b>21,9%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 21,9% em 2012 em comparação ao exercício de 2011. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Na rubrica “Serviços de terceiros” apesar dos reajustes contratuais dos serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar e transporte de valores no montante de R\$ 1,1 milhão, encerramos o exercício com uma redução nesses custos de 1,7% em relação ao ano anterior. Essa redução é justificada pela opção da Companhia em substituir os serviços terceirizados de limpeza, atendimento ao usuário e operação de balanças de pesagem por mão-de-obra própria. Essa substituição reduziu os custos com serviços de terceiros em R\$1,4 milhão;

- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,5% e contratação de funcionários de serviços antes terceirizados conforme mencionado anteriormente;
- Aumento de R\$6,2 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Conservação da rodovia apresentou acréscimo de 55,4% devido ao aumento nos custos de conservação de: (i) drenagem (ii) pavimento (iii) faixa de domínio (iv) serviços emergenciais tais como desobstrução de pista e contenção de terraplenos (v) conservação de bases operacionais e praças de pedágio;
- O aumento nos custos com fiscalização é atrelado ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;
- Aumento de R\$ 407 mil na rubrica Seguros e garantias em função da renovação de seguros de riscos nomeados e operacionais com vigência superior a 12 meses;
- Outros custos registraram acréscimo devido principalmente ao aumento das provisões para contingências cíveis, custos com manutenção de equipamentos e materiais de consumo.

#### **EBITDA e EBITDA Ajustado**

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receita líquida	224,6	200,1	12,2%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(209,9)	(172,2)	21,9%
<b>EBITDA</b>	<b>14,7</b>	<b>27,9</b>	<b>-47,3%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10,6	4,2	152,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>25,3</b>	<b>32,1</b>	<b>-21,2%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2012 em R\$25,3 milhões, com uma redução de 21,2% em relação ao ano anterior. Essa redução é devida principalmente ao aumento nos custos operacionais no exercício de 2012 conforme mencionado anteriormente.

#### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receitas Financeiras	2,9	2,1	38,1%
Despesas Financeiras	(18,1)	(16,1)	12,4%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(15,2)</b>	<b>(14,0)</b>	<b>8,6%</b>

O resultado financeiro líquido de 2012 foi negativo em R\$15,2 milhões, 8,6% maior em relação ao ano de 2011.

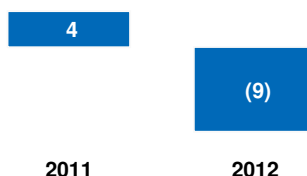
As receitas financeiras apresentaram aumento de 38,1%, que correspondeu a R\$800 mil, este acréscimo está diretamente relacionado ao aumento do saldo médio das aplicações financeiras no ano de 2012.

As despesas financeiras sofreram acréscimo de R\$2 milhões (12,4%) em consequência de captações no decorrer do ano de 2012 do empréstimo de longo prazo que a Companhia tem firmado com o BNDES desde março de 2011.

#### Lucro Líquido

Embora a receita de pedágio tenha registrado aumento em função do reajuste da tarifa, a Companhia encerrou o exercício de 2012 com prejuízo de R\$9 milhões, em 2011 foi registrado lucro de R\$4 milhões. Esse resultado negativo se deve ao acréscimo nos custos operacionais da Companhia representados principalmente por provisões para manutenção e custos com conservação da rodovia.

Lucro Líquido  
(R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2012	31/12/2011	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>228,2</b>	<b>162,3</b>	<b>40,6%</b>
Curto Prazo	10,1	3,4	197,1%
Longo Prazo	218,1	158,9	37,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(19,4)	(40,0)	-51,5%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>208,8</b>	<b>122,3</b>	<b>70,7%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento bruto totalizava R\$228,2 milhões, apresentando aumento de R\$65,9 milhões (40,6%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos do referido empréstimo foram utilizados nos investimentos na rodovia realizados pela Companhia no ano de 2012.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2012 em R\$208,8 milhões, apresentando aumento de R\$86,5 milhões em relação ao montante de R\$122,3 milhões registrado no encerramento do exercício de 2011. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 8,3x, ao final do exercício anterior esta relação era de 3,8x.

**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Durante o ano de 2012, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a integralização de capital dos dividendos do exercício de 2011 no valor de R\$884 mil.

## INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$144,6 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto no contrato, dentre os quais vale destacar:

Pavimento;

Elementos de proteção e segurança;

Terraplenos;

Reforço e alargamento de pontes;

Regularização e melhoria de acessos;

Recuperação e melhoria do sistema de drenagem;

Duplicações Inclusive Obras de Artes Especiais;

Trevo do Distrito Industrial em Curitiba - PR;

Sistema de comunicação - telefonia emergência call boxes;

Projetos;

Execução de passarelas em pista dupla;

Melhoria de interseções existentes;

Obras de combate a enchentes;

Sistema de iluminação da rodovia;

Execução de ruas laterais município de Rio Negro - PR;

Sistema de controle de tráfego circuito fechado de TV CFTV;

## RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2012	2011
Empregos diretos	271	184
Índice de rotatividade	9,74%	6,36%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 62,7% de homens, contra de 37,3% mulheres. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 61% dos profissionais. Vale mencionar que 30% possuem superior completo.

Ao longo de 2012, a companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 2.254 horas de treinamento total, que contabiliza 8,32 horas per capita.

#### **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

A Companhia estabeleceu, como um dos seus compromissos, o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras a sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

**Programa “Viva Meio Ambiente”** - criado em 2009, abrangendo 7.968 alunos e 459 professores e educadores de 23 escolas públicas, em 16 municípios situados ao longo da rodovia que administra.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações, visando à promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da Arteris S.A..

**Programa “Viva Motorista”** - A principal finalidade do programa é a conscientização do usuário para reduzir o número de acidentes na rodovia. O foco central do programa é o Motorista, que recebe informações sobre as leis de trânsito e cuidados com a saúde.

**Programa “Viva Motociclista”** - A campanha tem como principal objetivo a conscientização do público alvo sobre a necessidade da revisão periódica do veículo, utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, e avaliação do estado de saúde dos motociclistas.

#### **AGRADECIMENTOS**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

##### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para



trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

#### **Diretoria**

*Luis Manuel Eusébio Iñigo*  
Diretor Presidente

*Arthur de Vasconcellos Netto*  
Diretor Superintendente

*Márcio Augusto Travain*  
Diretor Administrativo e Financeiro

*Alessandro Scotoni Levy*  
Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michielin*  
Diretora Jurídica

#### **Conselho de Administração**

*David Antonio Díaz Almazán*  
Conselheiro

*Marta Casas Caba*  
Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*  
Conselheiro

#### **Contador**

*Alexandre Pscheidt*  
CRC - SC 026791/O-5 S-PR